A QUESTÃO DA ALIENAÇÃO HUMANA: UMA LEITURA A PARTIR DOS MANUSCRITOS DE 1844 DE KARL MARX*

THE QUESTION OF HUMAN ALIENATION: A READING FROM KARL MARX'S 1844 MANUSCRIPTS

Daniel Ribeiro de Almeida Chacon**

RESUMO

O objetivo deste artigo consiste em elucidar a questão da alienação humana sob uma perspectiva filosófica marxiana. Nesse sentido, a *quaestio rationalis* que norteou a presente pesquisa se erige no horizonte da crítica filosófica presente nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* de Karl Marx. O método adotado nesta investigação é o da revisão bibliográfica. As considerações delineadas situam-se na perspectiva de que a categoria da alienação desvela a dimensão de separação do ser humano de si mesmo, negando-lhe, portanto, sua própria humanidade e subjugando-o à condição de objeto sob a dominação das elites socioeconômicas. Em outros termos, essa categoria do jovem Marx assinala que a classe trabalhadora é sistematicamente excluída da participação consciente tanto no processo produtivo quanto na apropriação de seus resultados. Em troca da venda de sua força de trabalho, o proletariado auferir um salário desproporcional à sua verdadeira contribuição, destinado apenas à reposição mínima de suas energias para a próxima jornada laboral. Em consequência, a classe oprimida é despojada da plena vivência de sua humanidade, culminando em um nefasto processo de desumanização.

PALAVRAS-CHAVE: *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*; Karl Marx; alienação; trabalho; capitalismo.

ABSTRACT

The purpose of this article is to elucidate the issue of human alienation from a Marxian philosophical perspective. In this sense, the *quaestio rationalis* that guided this research emerges in the horizon of philosophical critique present in Karl Marx's Economic and Philosophic Manuscripts of 1844. The method adopted in this investigation is that of bibliographic review. The considerations outlined are situated in the perspective that the category of alienation reveals the dimension of human separation from oneself, denying one's own humanity, and subjugating them to the condition of an object under the domination of socio-economic elites. In other words, this category of young Marx indicates that the working class is systematically excluded from conscious participation both in the productive process and in the appropriation of its results. In exchange for the sale of their labor power, the proletariat receives a wage disproportionate to their true contribution, destined only for the minimal replenishment of their energies for the next workday. As a consequence, the oppressed class is deprived of the full experience of its humanity, culminating in a nefarious process of dehumanization.

KEYWORDS: *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*; Karl Marx; alienation; labor; capitalism.

* Artigo recebido em 17/10/2024 e aprovado para publicação em 03/12/2024. Este artigo é uma adaptação de um excerto da Tese, de nossa autoria, intitulada *Filosofia da práxis: o problema da alienação humana em Karl Marx e Paulo Freire*. A pesquisa aqui realizada contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

** Doutor em Filosofia pela UNB. Mestre em filosofia pela FAJE. Professor Efetivo e Pesquisador da UEMG. Professor Visitante na Escola Universitária Católica de Cabo Verde (EUCV). E-mail: daniel.chacon@uemg.br.

INTRODUÇÃO

A teoria da alienação em Marx ocupa indiscutivelmente um lugar de destaque entre as abordagens mais proeminentes sobre o tema, exercendo, assim, um papel primordial nas discussões contemporâneas sobre alienação. Na segunda metade do século XX, em particular, ocorreu um intenso embate acadêmico-filosófico acerca da interpretação da teoria da alienação contida nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*¹ (Musto, 2010, p. 121). Naquela época, houve intensa disputa entre várias correntes de pensamento, que se esforçavam para compreender a extensão, os limites e a importância do conceito de alienação para a teoria marxista². Nesse contexto, a teoria da alienação figurou como um tema fundamental na reflexão filosófica e crítica sobre a sociedade, destacando a necessidade de interpretações rigorosas e críticas da obra de Marx, e de sua relevância para a realidade contemporânea.

Nesse sentido, este artigo visa a efetuar uma incursão preliminar no conceito de alienação em Karl Marx, especialmente a partir dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, investigando seus aspectos constitutivos mais essenciais. Aqui, pois, reside o empenho de problematização filosófica desta pesquisa.

Com efeito, o método desenvolvido aqui será o da revisão bibliográfica. Para a problematização deste artigo, os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*³ de Karl Marx, como previamente mencionado, constituirão nossa obra fundamental. Ademais, obras outras do pensamento marxiano, a exemplo de *A ideologia alemã*, serão, conforme a necessidade,

¹ Os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* desempenham um papel de suma importância na obra de Marx, uma vez que é nela que ele realiza sua primeira incursão adequada no vasto e intrincado campo da sociedade civil, cuja análise abarca desde as raízes até a totalidade da mundaneidade, compreendendo a ampla gama de objetos e relações, tanto naturais como sociais. Com isso, Marx estende de maneira radical o escopo da sua análise, abarcando as múltiplas dimensões da experiência humana em todos os seus aspectos, o que permite a obtenção de uma visão abrangente e aprofundada da condição humana em seu contexto histórico e social (Chasin, 2009, p. 75; Lukács, 2012, p. 284-285).

² No âmbito deste artigo, consideramos relevante destacar a distinção semântico-conceitual entre os adjetivos “marxiano” e “marxista”. Conforme se propõe aqui, o primeiro termo se emprega estritamente para referência às obras autorais de Karl Marx, em alguns casos em colaboração com Friedrich Engels; por outro lado, o termo “marxista” designa aquele influxo, heterogêneo e variegado, do pensamento marxiano sobre um conjunto de autores(as) e teorias que, ao longo dos últimos dois séculos, dedicaram-se à interpretação das teses de Marx.

³ Na investigação atual, adotou-se uma abordagem crítica e comparativa das versões dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, publicadas pelas editoras Boitempo e Expressão Popular. Embora ambas as traduções apresentem méritos, optou-se por citar, neste trabalho, as passagens da tradução de José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco, publicada pela editora Expressão Popular. A tradução de Jesus Ranieri, divulgada pela Boitempo, apesar de repleta de inovações em diversas passagens, mais turva do que elucida o sentido da obra, especialmente no que se refere aos termos *Entäußerung* e *Entfremdung*.

cuidadosamente consideradas e integradas nas reflexões desenvolvidas no decurso desta investigação.

O PROBLEMA FILOSÓFICO DA ALIENAÇÃO HUMANA EM KARL MARX⁴

A *priori*, importa-nos ressaltar, pois, que os termos alemães *Entfremdung*, *Entäusserung* e *Veräusserung*⁵, os quais remetem à concepção de alienação, não se limitam à genialidade intelectual de Karl Marx, visto que o conceito foi diversamente usado por pensadores(as) e escritores(as) de diferentes épocas da história da filosofia e da literatura. Contudo, para nossos propósitos, torna-se crucial delimitar o conceito de alienação nos limites do quadro teórico marxiano⁶.

⁴ Conquanto se reconheça a importância da temática da alienação, não se lhe pretende conferir o *status* de núcleo central do pensamento marxiano. Compreende-se, portanto, a pertinência da observação perspicaz de Daniel Bell (1973, p. 89), segundo a qual “far risalire questo concetto a Marx come il suo tema centrale è solo un ulteriore creazione di un mito”. Nesse sentido, Marcello Musto (2010, p. 122) adequadamente retoma e endossa a crítica, ao afirmar que “sostenere, come affermare uno in tanti, che la teoria dell’alienazione contenuta nei Manoscritti economico-filosofici del 1844 fosse il tema centrale del pensiero di Marx è un falso che denota soltanto la scarsa familiarità con la sua opera da parte di coloro che propesero per questa tesi”.

⁵ A distinção de um conceito implica seu reconhecimento. No entanto, a tradução desse conceito apresenta singular complexidade, especialmente em filósofos como Karl Marx. Com o intuito de preservar a força dos termos originais e manter a coerência com os objetivos da presente pesquisa, optamos por utilizar o termo em português *alienação*. Além disso, endossamos a análise exegética realizada por István Mészáros, que contribui para a compreensão crítica e aprofundada do conceito em questão: “Em alemão, os termos ‘*Entäusserung*’, ‘*Entfremdung*’ e ‘*Veräusserung*’ são usados para traduzir ‘*alienation*’ [alienação] ou ‘*estrangement*’ [estranhamento]. ‘*Entäusserung*’ e ‘*Entfremdung*’ são usados por Marx com muito mais frequência do que ‘*Veräusserung*’, que é, como Marx o define, ‘*die Praxis der Entäusserung*’ (‘a prática da alienação’ – Karl Marx e Friedrich Engels, *Werke* (doravante abreviado como MEW), v. 1. p. 376) ou, em outra passagem, ‘*Tat der Entäusserung*’ (‘o ato da alienação’ – MEW, suplemento I, p. 531). Assim, ‘*Veräusserung*’ é o ato de traduzir para a prática (na forma de vender algo) o princípio da ‘*Entäusserung*’. No uso marxiano do termo, ‘*Veräusserung*’ pode alternar com ‘*Entäusserung*’ quando se refere um ‘ato’ ou ‘prática’ específicos. (Ver MEW, v. 26, parte I, p. 7-8 – sobre a doutrina do sr. James Steuart concernente ao ‘lucro baseado na alienação’. Nesse contexto, o termo ‘alienação’ é traduzido por Marx tanto como ‘*Veräusserung*’ quanto como ‘*Entäusserung*’). Tanto ‘*Entäusserung*’ quanto ‘*Entfremdung*’ têm tripla função conceitual: (1) fazer referência a um princípio geral; (2) expressar um estado de coisas vigente e (3) designar um processo que leva a tal estado. Quando o acento está na ‘exteriorização’ ou ‘objetivação’, Marx usa o termo ‘*Entäusserung*’ (ou termos como ‘*Vergegenständlichung*’ [objetivação, reificação]), ao passo que ‘*Entfremdung*’ é usado quando a intenção do autor é enfatizar o fato de que o ser humano é confrontado por um poder hostil produzido por ele mesmo, de modo que ele faz malograr o seu próprio objetivo”. Recomenda-se também o cotejo da obra *Análises marxistas da alienação*, de Lucien Sève (1975), para obter uma compreensão mais precisa dos usos dos termos em questão, principalmente nas obras maduras de Marx. Desse modo, será possível obter uma fundamentação exegética bem mais rigorosa.

⁶ Todavia, merecem relevo também duas contribuições importantes para o desenvolvimento desse conceito: a perspectiva hegeliana, que concebia a alienação como uma forma de separação do indivíduo em relação ao mundo objetivado, e a abordagem feuerbachiana, que via a alienação como um afastamento do ser humano em relação a si próprio. Na *Fenomenologia do espírito*, Georg W. F. Hegel (1970; 1992a; 1992b) atribui à alienação uma posição central na compreensão da condição da modernidade, valendo-se dos termos *Entäußerung* (exteriorização) e *Entfremdung* (alienação) (Meneses, 2000, p. 308) para descrever o processo pelo qual o

Por conseguinte, é preciso reconhecer que a literatura marxiana não ostenta uma teoria acerca da natureza humana. A questão da antropologia filosófica em Karl Marx não se apresenta como temática autônoma, senão como resposta aos problemas de seu tempo e a seus interlocutores mais destacados, como Hegel, Feuerbach e os economistas clássicos. Nesse sentido, Marx elabora suas principais categorias como expressão dos modos de ser do humano⁷. Como alerta György Márkus (1974a, p. 5-6), ao se interrogar a respeito dessa questão, o mais apropriado seria indagar, não pela antropologia filosófica em si, como disciplina autônoma, mas, sim, pela ontologia do ser social que Marx oferece.

Nesse sentido, vale destacar a advertência de Lukács (2012, p. 284), de que, desde os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, Karl Marx buscou estabelecer sua obra sobre princípios ontológicos. Ao analisarmos a tese VI de *Ad Feuerbach*⁸, na qual Marx (2007, p. 534) afirma que a “[...] a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais”, podemos perceber que essa proposição carrega consigo implicações ontológicas profundas. Ela afirma, com efeito, que o humano é construído por meio de suas relações sociais, as quais o afetam e são por ele afetadas, não admitindo, assim, a ideia de uma natureza humana enquanto uma essência estática e imutável, especialmente nos termos da metafísica clássica⁹.

Ademais, István Mészáros (2016, p. 19) explicita a questão, de modo preciso, na seguinte afirmação:

espírito se despoja de si mesmo ao objetivar-se, transformando-se no outro de si. Para Hegel, a alienação consiste num processo de exteriorização no qual o indivíduo projeta sua subjetividade em um objeto que não lhe é reconhecido como parte integrante de si mesmo. Constitui-se, assim, numa forma de separação entre o indivíduo e a objetividade, levando-o a se despojar de sua própria essência ao reconhecer-se apenas de forma alienada no mundo exteriorizado. Com efeito, Henri Lefèbvre (1988, p. 34) faz uma afirmação controversa, porém profundamente instigante, ao postular que “Hegel retomou a noção filosófica da alienação. Marx, porém, infundiu-lhe o seu senso dialético, racional e positivo. Trata-se de um aspecto essencial do marxismo [...]”. Em *A essência do Cristianismo*, Ludwig Feuerbach (2013) argumentou que o ser humano se aliena de sua essência ao projetá-la em uma entidade sobrenatural, denominada Deus. Assim, sua tese busca estabelecer o princípio antropológico como chave hermenêutica fundamental para a compreensão da religião. Feuerbach inverte, dessa forma, o sentido do mistério cristão, colocando a criatura como criadora da divindade. Desse modo, a alienação, em Feuerbach, assume um caráter destrutivo, pois despoja o ser humano de sua verdadeira essência, tornando-o estranho a si mesmo. Ainda, conforme Bedeschi (1975, p. 77): “Feuerbach critica y rechaza los presupuestos de la teoría hegeliana de la alienación, por otro, él mismo elabora una teoría propia de la alienación, que aplica directamente al idealismo y que forma parte de su teoría de la religión como alienación”. Isso posto, embora a leitura marxiana da alienação possua um caráter singular, não se pode desconsiderar a influência de Hegel e Feuerbach sobre o conceito, ainda que interpretado criticamente e com muitas ressalvas por Marx.

⁷ Em Marx (1974, p. 127), “as categorias exprimem [...] formas de modo de ser, determinações da existência”.

⁸ Há um ponto crucial a ser elucidado nesse contexto. Não é imperativo subsumir a tese VI de *Ad Feuerbach* ao escopo da obra madura de Marx, de modo a evitar que esta advenha como expressão de um humanismo teórico inerente.

⁹ Conforme György Márkus (1974b, p. 47), em Marx, “[...] o único resultado da análise da ‘essência’ humana é demonstrar que tal essência, entendida num sentido absoluto e metafísico, não existe de modo algum”.

[...] Marx rejeitou categoricamente a ideia de uma “essência humana”. Não obstante, ele manteve o termo, transformando seu significado original de modo a ficar irreconhecível. Nesse caso, seu propósito não foi apenas adicionar novas dimensões a um conceito importante (como “autoestranhamento”), mas demonstrar o vazio desse termo filosófico em seu sentido tradicional.

A visão marxiana sustenta, portanto, uma negação peremptória da concepção de uma essência humana determinada a-historicamente. De outro modo, a ênfase de Karl Marx reside na dimensão comunal – *Gemeinwesen* – ou genérica – *Gattungswesen* – do humano, ou seja, seu caráter social. De acordo com Étienne Balibar (1995, p. 43), a ontologia marxiana se caracteriza por reconhecer a importância das interações e relações sociais na construção da realidade humana. Essa perspectiva não visa a abstrair uma essência ideal ou substância intrínseca em cada indivíduo, tampouco impor uma classificação externa que busca categorizá-lo de modo estático e/ou metafisicamente. Na verdade, o cerne da questão reside na compreensão do ser humano como ser social, cuja existência se determina pelas relações que estabelece com os demais membros da coletividade¹⁰.

O juízo em questão, de que a essência humana se constitui no conjunto de relações sociais, transcende uma simples descrição estática do estado existente, pois se trata de um processo perene e dinâmico de transformação da realidade, pautado pela incessante busca de superação das condições hodiernas e pela concretização de mudanças significativas. Esse processo envolve uma compreensão da realidade como algo em constante devir. Ademais, de acordo Balibar (1995, p. 44), para Marx, nesse contexto, “[...] não basta dizer, como Hegel, que ‘o real é racional’ e que o racional necessariamente se realiza [...]”, é necessário agir sobre a realidade circundante.

Não obstante, convém reconhecer que essa abordagem ontológica suscita problemas; ao buscar captar os caracteres mais abrangentes do seu estudo, esse tipo de juízo não oferece conhecimento sobre a forma histórico-social específica que Marx pretendia analisar. Mas disso ele próprio estava ciente, conforme se pode constatar de sua Introdução de 1857 (Marx, 2011, p. 41), na qual se refere à produção em geral, e em *O capital* (Marx, 2013, p. 261), quando se mencionam as categorias mais gerais do processo de trabalho. Portanto, embora a aparente fragilidade do juízo ontológico seja notável, é preciso reconhecer seu mérito. Tal

¹⁰ “A essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado” (Marx, 2007, p. 534). Ademais, “quanto mais se recua na História, mais dependente aparece o indivíduo, e, portanto, também o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto a que pertence [...]. A produção do indivíduo isolado fora da sociedade [...] é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si” (Marx, 1974, p. 110).

abordagem resulta de grande importância para uma análise crítica das estruturas sociais e da luta de classes.

A compreensão marxiana do ser humano como um conjunto de suas relações sociais parte da vida social, cuja essência é prática. O trabalho é, pois, a atividade humana sensível e a temática inicial de análise. Todavia, a abordagem de Marx carece de linearidade e adota uma argumentação dialético-sistemática¹¹, ainda que uma “*síntese in statu nascendi*” (Mészáros, 2016, p. 21), o que exige a compreensão das categorias em conjunto para que uma possa elucidar a outra. É precisamente essa abordagem complexa que permeia a análise da antropologia filosófica na obra de Marx e sua relação com a alienação como possibilidade histórica, em vez de categoria antropológica.

Deve-se reconhecer que o indivíduo singular está sempre inserido num contexto mais amplo, isto é, social, político, econômico, cultural, biológico e histórico¹². A distinção entre o singular e o universal consiste, pois, num aspecto fundamental a ser considerado não somente em relação aos produtos do trabalho humano, mas também em relação à própria humanidade. O ser humano, por conseguinte, traz em si essa dualidade, sendo tanto uma individualidade quanto uma universalidade, mesmo que esse duplo aspecto não lhe seja completamente consciente. Para ilustrar essa ideia, leiamos um trecho dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*: “Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a ‘sociedade’ como abstração frente ao indivíduo. A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas”; [...] “é sobretudo de evitar fixar de novo a ‘sociedade’ como abstração face ao indivíduo. O indivíduo é o ser social. [...] A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas [...]” (Marx, 2015, p. 348).

Conforme também destaca Márkus (1974b, p. 47), Karl Marx dedica-se a analisar as tendências teleológicas que permeiam o desenvolvimento do ser humano, considerando a natureza deste como histórica e mutável. A condição humana, portanto, é moldada por sua própria atividade em cada momento histórico, de modo que os indivíduos são, assim, criadores e produtos do seu tempo¹³.

¹¹ Christopher Arthur (2016) defende essa perspectiva aplicada à obra madura de Marx. Todavia, é possível inferir a presença desse mesmo procedimento nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, ainda que de forma mais incipiente.

¹² “[...] o homem não é um ser abstrato, acorocado fora do mundo. O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade” (Marx, 2010a, p. 145).

¹³ “E, por isso, o que deveria ser uma evidência se transforma num grave problema filosófico que pode ser resumido, muito introdutoriamente, nesta pergunta: se os homens são os artífices de sua própria história, por que eles construíram um mundo tão desumano? Se a história é feita pelos homens, por que eles não têm sido capazes

Postula-se em *A ideologia alemã* que “a história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores” (Marx; Engels, 2007, p. 40). Nesse horizonte, Marx e Engels (2007, p. 32-33) também argumentam que:

Devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e esse é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.

A preservação da vida humana depende fundamentalmente da produção dos meios essenciais para a subsistência, como alimentos, bebidas, abrigo e vestimenta. Esses meios são indispensáveis para garantir a viabilidade da vida humana e, por essa razão, estão intrinsecamente ligados à própria existência da humanidade. Marx enfatizou a importância da produção material em contraste com outras atividades humanas, como religião, ciência, moral e educação, já que a produção material é uma condição universal para a existência humana, independentemente do período histórico em questão.

A concepção marxiana sobre a natureza humana tem como base primordial a objetividade, que se apresenta como o elemento preponderante de sua característica geral (Marx, 2015, p. 375). Nesse sentido, Márkus (1974a, p. 8) destaca que o ser humano, em sua condição natural, depende intrinsecamente da troca ou metabolismo incessante com a natureza para sua sobrevivência, sendo a própria natureza seu corpo inorgânico.

Acrescenta-se à objetividade a dimensão geral do humano como ser relacional, aspecto este compartilhado com outras formas de vida na natureza. Logo, os seres objetivos encontram-se em contínua interação com o mundo natural. Em suma, a concepção marxiana de natureza humana destaca a interdependência e a interconexão entre o ser humano e o ambiente natural, o que ressalta a relevância da natureza para a existência da espécie humana.

de construir uma sociedade verdadeiramente humana? Se os homens constroem a si próprios, por que são tão desumanos não apenas com os outros, mas também com aqueles que amam e mesmo consigo próprios? Se não há uma essência humana que imponha um destino à humanidade, como querem os conservadores, de onde vem essa força que frequentemente empurra as nossas vidas para onde não desejamos, por vezes transformando nossos mais belos sonhos em pesadelos?” (Lessa; Tonet, 2011, p. 15).

A objetividade da natureza humana se estabelece por meio da reprodução do ser humano como ser social, em que a relação com a natureza é intermediada pelos laços interpessoais estabelecidos pelos indivíduos (Hallak, 2018, p. 60). Desse modo, a vida social constitui um cenário fundamental para a expressão da individualidade humana, bem como para o estabelecimento de relações de produção e interpessoais, além da satisfação de diversas necessidades humanas. Os indivíduos, nesse contexto, não apenas se adaptam às condições naturais, mas também possuem a capacidade de recriá-las e transformá-las por meio das interações sociais estabelecidas entre si. Portanto, a vida social é uma esfera ampla de atividades humanas, em que ocorrem a produção e a modificação da própria natureza, bem como a construção e expressão da subjetividade e das relações sociais.

Com efeito, na teoria ontológica de Marx, a relação dos seres humanos com o mundo natural vem a ser um aspecto-chave da compreensão da condição humana. Essa relação se manifesta por meio da dependência de objetos externos, característica dos seres naturais.

Que o homem é um ser objetivo sensível real, vivo de força natural, corpóreo, significa que ele tem objetos sensíveis, reais por objeto de sua essência, da sua exteriorização de vida ou que só pode exteriorizar a sua vida em objetos sensíveis reais. Ser objetivo, natural, sensível e do mesmo modo ter objeto, natureza, sentido fora de si ou ser propriamente objeto, natureza, sentido para um terceiro, é idêntico (Marx, 2015, p. 375).

De acordo com a perspectiva marxiana, a realidade é constituída por relações materiais que estruturam a sociedade e moldam a maneira como os seres humanos se relacionam com a natureza e entre si. Nessa concepção, a natureza intramundana é interpretada como um complexo conjunto de forças materiais a serem transformadas pelo trabalho humano, e a produção social constitui-se, assim, como a mediação fundamental entre a humanidade e a natureza¹⁴.

O trabalho humano, como atividade mediadora entre a humanidade e a natureza, possibilita a produção e reprodução da vida social; constitui, pois, um conjunto de forças essenciais com as quais os seres humanos agem efetivamente na natureza. Essa atividade é objetiva e mediada pela consciência, configurando a especificidade da relação do ser humano

¹⁴ “[...] esses dois mundos, o mundo natural e o mundo da prática histórica e social, não existem separadamente – constituem, na realidade, um só mundo –, e a sua unidade advém de que ambos estão envolvidos na existência passiva-ativa dos seres humanos, que continuamente reproduzem (pela sua atividade coletiva no marco da divisão do trabalho e pelo seu pensamento) o conjunto da sua realidade. Mas o vínculo entre esses dois mundos assim considerados só pode residir na economia ou, mais exatamente, na ‘produção material’” (Korsch, 2008, p. 137).

com a própria natureza. Desse modo, “a atividade vital consciente diferencia imediatamente o homem da atividade vital animal. Precisamente apenas por isto ele é um ser genérico” (Marx, 2015, p. 312).

Em Karl Marx (2015, p. 311-313), o trabalho possui relevância primordial no processo de criação e manutenção da existência humana, pois é por meio dele que a vida ativa, de caráter coletivo e genérico, manifesta-se e se desenvolve. A partir dessa atividade produtiva, a natureza é transformada e recriada como uma realidade moldada pela intervenção humana. O foco do trabalho, por sua vez, é a expressão material da essência coletiva e genérica do ser humano que se manifesta, a um só tempo, como ser dotado de consciência e pensamento, mas também como ser concreto e atualizado, capaz de autorreconhecimento num mundo por ele construído. Em decorrência disso, o trabalho constitui uma categoria universal e abstrata que assume variadas formas nas diferentes modalidades de produção humana.

Em suma, a objetivação do trabalho é considerada uma marca substancial da relação entre humanidade e natureza, dado que, por seu intermédio, a consciência humana atua sobre a natureza e objetiva suas potencialidades. Desse modo, o trabalho é uma atividade social que, além de transformar a natureza, molda também a própria condição humana, tornando-se um elemento central da compreensão da ontologia marxiana.

Segundo Lukács (2013, p. 305), a atividade social empreendida pelos agentes transcende, portanto, à simples manipulação do mundo com o intuito de alterá-lo; assim, ela instaura um processo de transformação simultânea tanto nos próprios sujeitos como nos objetos que são transformados. Em tal sentido, a práxis social afigura-se mais do que como mero ato mecânico, sendo, antes, um processo complexo no qual o sujeito e o objeto se relacionam mutuamente de forma essencial para a compreensão desse ser complexo. A interdependência mútua desses elementos, em constante interação, manifesta-se como uma característica fundamental desse processo¹⁵.

A atividade produtiva do ser humano se exercita sempre no contexto de uma configuração social que é tanto meio quanto fim da própria atividade. Nesse sentido, Marx (2015, p. 346) argumenta que a “essência humana da natureza é apenas para o homem social”, conferindo relevo, pois, à importância da dimensão social para a compreensão da relação

¹⁵ Precisamente, afirma Lukács (2013, p. 305): “[...] a relação ‘sujeito-objeto’ enquanto relação típica entre o homem e o mundo, o seu mundo, constitui uma inter-relação, na qual o sujeito atua permanentemente sobre o objeto, o objeto sobre o sujeito, conferindo nova forma, produzindo coisas novas, na qual nenhum dos dois componentes pode ser compreendido isoladamente, separado por antagonismos e, portanto, de modo independente”.

entre humanidade e natureza. Nosso autor ressalta, ainda, em outras esferas da vida, como na ciência (Marx, 2015, p. 347) e na arte (Marx, 2015, p. 353), a importância dessa dimensão para o ser humano.

Marx empreende, em *O Capital*, minuciosa exposição do processo de trabalho, desdobrando-o em suas formas simples e complexas. Nesse cenário, a atividade laboral se entende como processo de apropriação progressiva dos recursos naturais pela espécie humana. Por meio dessa atividade, a humanidade realiza uma série de transformações no mundo natural, imprimindo-lhe gradualmente características sociais.

Em síntese, pode-se afirmar que o trabalho humano assume o papel primordial na conferência de características sociais à natureza, tornando-se, portanto, a mediação fundamental entre a humanidade e o ambiente natural. Essa perspectiva exige, em consequência, uma reflexão acerca da dinâmica dialética entre a atividade de homens e mulheres¹⁶ com o meio ambiente, bem como das suas implicações para a compreensão da dinâmica socioeconômica.

Na investigação do processo de produção do capital, Karl Marx propõe uma diferenciação precisa, via análise conceitual, entre o processo de trabalho e o processo de valorização. A atividade laboral possibilita a transformação dos elementos naturais em objetos, matérias-primas e ferramentas, e no interior desse processo se revelam os traços distintivos da natureza humana, que não se manifestam exclusivamente nos produtos do trabalho, mas também na própria atividade em si. Assim, a atividade laboral não é apenas um meio de produção de valor, senão também uma atividade essencialmente humana que se expressa na criação de objetos materiais, além de na transformação do ser humano e da própria sociedade¹⁷.

¹⁶ A referência às mulheres não constitui mera formalidade, mas um aspecto importante a ser considerado. Marx demonstrou preocupação com a absorção das mulheres no sistema capitalista de produção, seja pela utilização de sua mão de obra, que diminui o valor da força de trabalho, seja pela exploração das mulheres na prostituição, especialmente em grandes cidades. Essa questão o sensibilizou, assim como o uso da mão de obra infantil (Marx, 2015, p. 260; e as seções III, IV e V de Marx, 2013).

¹⁷ Wanderley Codo (1985, p. 13) oferece um quadro objetivo, simples e convincente desse ponto em questão: “o instrumento de trabalho é um meio de exercício da atividade, mediador entre o homem e a natureza, uma extensão de seu braço. Alguém criou o serrote, o martelo: o que era um simples gesto (cortar madeira) agora se transforma em objeto, com vida independente de cada homem, cada ser humano. E, mais do que isso, todos sabemos que não houve um homem que ‘inventou’ o serrote, vários homens, várias gerações foram aperfeiçoando os instrumentos de trabalho, o serrote que vemos hoje é portador de toda a História da humanidade e exige de cada um de nós uma participação integrada a ela. Criado pelos homens, por sua vez, cria outros homens, criação e criador, cada instrumento de trabalho nos transforma em seres transcendentais, imortais, em uma palavra – históricos, ‘aprendendo e ensinando uma nova lição’, escravo e senhor de si e do outro, do passado e do futuro, síntese do ser e do vir a ser”.

À vista disso, Marx (2013, p. 255) destaca que, ao modificar a natureza, o ser humano mobiliza as forças naturais presentes em seu corpo, tais como braços, pernas, cabeça e mãos. O ser humano, afirma o filósofo, “[...] age sobre a natureza externa e modifica-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”. Dessa feita, ao interagir com a natureza, o ser humano, portanto, não somente transforma o mundo exterior, mas sofre, ele mesmo, profunda transformação. Tal mudança é, além de física, social e cultural, uma vez que a atividade laboral molda as relações humanas e o desenvolvimento da própria sociedade.

De acordo com a visão filosófica e científica de Marx (2015, p. 311), o mundo sensível se compreende como um corpo inorgânico em constante transformação pela ação humana, a fim de produzir novos objetos e satisfazer às necessidades da sociedade. Entretanto, essa interação entre ser humano e natureza não constitui um processo harmonioso, pois o existir humano não está perfeitamente alinhado com as condições naturais. Como resultado, a relação entre o ser humano e a natureza requer um esforço contínuo e perpétuo de adaptação às necessidades dos agentes sociais.

Vale ressaltar que essa perspectiva não possui analogia com o mito de Sísifo, em que o esforço é repetitivo e inútil. Ao contrário, na visão marxiana, o processo de transformação da natureza exige constantemente adaptação e reinvenção para atender às demandas sociais em constante evolução. Na *Ideologia alemã*, essa transformação é interpretada como uma tarefa vital para a produção e reprodução das relações sociais e, portanto, essencial para a existência e a sobrevivência da humanidade. Assim, a relação entre o ser humano e a natureza configura, a um só tempo, uma luta constante e um processo criativo e produtivo de construção de um mundo capaz de atender às necessidades da sociedade¹⁸.

Com efeito, a objetificação de novos artefatos estimula o progresso da capacidade produtiva da espécie humana, uma vez que a criação de tais itens amplia a habilidade criativa do indivíduo e sua capacidade de adequá-los à realidade vivida. Essa capacidade de criação e adaptação confere ao ser humano um maior domínio de sua existência e de sua trajetória histórica.

¹⁸ “[...] o mundo sensível [...] não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas” (Marx; Engels, 2007, p. 30).

A reflexão de Márkus (1974a, p. 15) a respeito da capacidade humana de transformar em leis e princípios sua própria atividade lança luz sobre a compreensão do ser humano como um agente de mudança. Tal perspectiva encontra respaldo na concepção marxiana segundo a qual o humano se tornou capaz de assimilar todas as forças da natureza em si mesmo e, posteriormente, reemitir tais forças. Nessa lógica, cada ação humana está intrinsecamente ligada às necessidades preexistentes que condicionam a atividade em questão. Assim, a compreensão da atividade humana como um processo de interação constante entre o indivíduo e seu mundo circundante revela a natureza dinâmica e transformadora do ser humano. Ele não é mero espectador passivo da realidade, mas, sim, um agente ativo, capaz de modificar e ser modificado pelas forças que o cercam.

À medida que a humanidade empreende a produção de objetos, há uma dependência coletiva destes (Márkus, 1974a, p. 16). Tal fato indica que, no contexto da produção social, o indivíduo e a sociedade mantêm uma relação de interdependência constante, não podendo ser compreendidos isoladamente um do outro. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, Karl Marx (2015, p. 346-347) expressa a questão nos seguintes termos:

Portanto, o caráter social é o caráter universal de todo o movimento; tal como a própria sociedade produz o homem como homem, assim ela é produzida por ele. A atividade e a fruição, bem como o seu conteúdo, são também modos de existência segundo a atividade social e a fruição social. A essência humana da natureza é apenas para o homem social; pois só aqui ela existe para ele como vínculo com o homem, como sua existência para o outro e do outro para ele, só aqui ela existe como elemento de vida da realidade humana, só aqui como base da sua existência humana própria. Só aqui a sua existência natural é para ele a sua existência humana, e a natureza se tornou homem para ele. Portanto, a sociedade é a unidade de essência consumada do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado (durch geführte) do homem e o humanismo realizado na natureza. [...] A atividade social e a fruição social de modo nenhum existem unicamente na forma de uma atividade imediatamente comunitária e de uma fruição imediatamente comunitária, ainda que a atividade comunitária e a fruição comunitária, i. e., a atividade e a fruição que imediatamente se exteriorizam e confirmam em sociedade real com outros homens, em toda a parte terão lugar onde aquela expressão imediata da sociedade se fundamente na essência do seu conteúdo e seja conforme com a sua natureza.

No processo de produção, surgem necessidades sociais que afetam e influenciam a dinâmica da sociedade como um todo. Sob a perspectiva marxiana, tais necessidades constituem um dos principais motores da evolução social, visto que são determinadas pela natureza da produção material. Conforme destacou Márkus (1974a, p. 17), as novas necessidades qualitativas surgidas desse processo ultrapassam a mera correspondência utilitária e engendram outras formas de apropriação da natureza, incluindo a natureza humana.

Além das necessidades coletivas, surgem também as necessidades individuais. A irrupção de necessidades qualitativamente novas decorrentes da atividade produtiva material, por sua vez, torna compreensível a emergência de outras formas de produção humana e de apropriação da natureza, que extrapolam a esfera da produção material propriamente dita. De acordo com Marx, a religião, a família, o estado, a lei, a moral, a ciência, a arte e outros modos particulares de produção surgem como manifestações desse fenômeno mais amplo e se inserem na lógica geral da produção. Portanto, a relação do ser humano com o ambiente é influenciada por uma multiplicidade de fatores e envolve um conjunto cada vez mais amplo e diverso de necessidades e interesses sociais, os quais transcendem as demandas biológicas básicas (Márkus, 1974a, p. 18).

A compreensão da sociedade se dá, portanto, a partir da relação estabelecida entre o ser humano e o mundo sensível, em constante mutação, em que o trabalho torna a pessoa dependente da outra na construção do mundo natural como mundo histórico-social. Nessa perspectiva, a sociedade é concebida como a unidade essencial concretizada entre o humano e a natureza, verdadeira ressurreição da natureza, que realiza o naturalismo do ser humano e o humanismo da natureza (Márkus, 1974a, p. 19-20).

A partir da relação ontológica fundamental entre o ser humano e a natureza, surge a questão do trabalho como consequência desse vínculo primordial. Todavia, a análise ultrapassa esse ponto de partida, uma vez que percebe que o trabalho, em sua concepção original pelo humano, adquire um papel preponderante em sua existência¹⁹, conduzindo-o a um processo de alienação e desumanização.

O ser humano, como parte integrante da natureza, exerce sua capacidade transformadora sobre o mundo sensível, almejando alcançar benefícios próprios mediante a superação das limitações naturais que lhe são impostas (Lukács, 2012, p. 289, 409). Contudo, ao laborar em prol dessas alterações na natureza, tanto homens quanto mulheres defrontam-se com o processo de alienação, tão diligentemente delineado por Marx.

Segundo Mészáros (2016, p. 20), a noção de alienação comporta considerável complexidade e se desdobra em quatro dimensões primordiais: a primeira dimensão consiste na alienação em relação à natureza, na qual o ser humano se afasta e se desvincula daquilo

¹⁹ Conforme Ranieri (2000, p. 89), “a partir do trabalho, originou-se não apenas o confronto homem-natureza na tentativa de atendimento às necessidades antropogenéticas primárias, mas também o conjunto posterior das apropriações prático-espirituais caracterizadas fundamentalmente pelo caráter diferenciado de seu objeto. Apropriações caracterizadas pela forma através da qual a realidade é absorvida e repostada na forma da instituição social da ideologia, da arte, da religião, da ciência, da política”.

que lhe é intrinsecamente pertencente e que o envolve; a segunda é a alienação em relação a si mesmo, em que o indivíduo se afasta de sua própria atividade, tornando-se, assim, um estranho para si próprio; a terceira vem a ser a alienação em relação ao ser genérico, quando o ser humano perde sua conexão com a humanidade como um todo e não é capaz de perceber-se como partícipe do gênero humano; por fim, a quarta consiste na alienação em relação aos outros seres humanos, na qual o indivíduo se separa dos demais e não é capaz de se relacionar e interagir com eles de forma autêntica e significativa.

Tal processo tem início na conexão profunda entre o ser humano e a terra, bem como na sua subserviência enquanto forma geral de trabalho. Em seguida, o trabalho, em sua forma moderna – no modo de produção capitalista –, é governado pelas próprias relações que ele estabeleceu, o que culmina na sujeição exclusiva da classe trabalhadora às coordenadas impostas pelo capital, que se erige como a relação social preponderante.

Com o advento do trabalho sob a égide do capital, surgem novas divisões dentro da sociedade, visto que “[...] toda a sociedade se deve dividir em duas classes, os possuidores de propriedade e os trabalhadores sem propriedade” (Marx, 2015, p. 302). Quanto aos humanos, submetidos a esse modo de produção, não possuem mais o sentido de sujeitos, mas apenas o de suportes do capital (Fausto, 1987, p. 30). De um lado, o capitalista afigura o “capital personificado” (Marx, 2013, p. 307); de outro, o trabalhador é concebido como capital variável, ou seja, como elemento da produção que “não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias” (Marx, 2013, p. 286). Para ambos os casos, cabe a advertência marxiana de que “[...] só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses” (Marx, 2013 p. 80).

Na relação entre proletariados(as) e capitalistas, emerge uma dialética em que o trabalho, a fonte do vir a ser humano, converte-se em algo hostil. A alienação se apresenta quando a atividade laboral é desviada de seu propósito humano, a fim de atender aos interesses do capital. Nesse sentido, os(as) trabalhadores(as) são despojados(as) do produto de seu próprio trabalho e perdem a possibilidade de uma conexão autêntica com o mundo criado por eles(as) mesmos(as) (Marx, 2015, p. 313). Em vez de possibilitar a contemplação do

mundo como objeto de criação e reflexão de si mesmo, o trabalho se transforma em um processo de alienação e dominação social (Postone, 2014, p. 39 e 45)²⁰.

À vista disso, a propriedade privada dos meios de produção²¹, em sua estrutura, está intrinsecamente associada à lógica de dominação, na qual a classe capitalista exerce controle absoluto sobre os recursos e processos produtivos, em detrimento da classe trabalhadora, relegada a uma condição subalterna e subordinada ao capital (Fausto, 1987, p. 30).

Desse modo, a alienação se manifesta como um fenômeno no qual a configuração do arranjo social permite que determinados grupos exerçam o monopólio sobre a terra, por meio da coerção violenta (Marx, 2013, p. 785-834), com a devida proteção jurídico-política, o que acaba por submeter a maioria da população ao pauperismo. Nesse contexto, as pessoas que são expulsas de suas terras são forçadas a se deslocar para as áreas urbanas em busca de emprego cuja oferta é frequentemente limitada.

Sob o prisma conceitual²², a alienação²³ vem a ser um processo intrínseco à atividade laboral, embora, rigorosamente, deva ser considerada como categoria explicativa do trabalho

²⁰ Moishe Postone (2014, p. 186) concebe o capitalismo como um “sistema constituído pelo trabalho abstrato” que “corporifica uma nova forma de dominação social que exerce uma forma de compulsão social cujo caráter objetivo é historicamente novo”.

²¹ De acordo com Marx (2015, p. 317), “a propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação exterior do trabalhador com a natureza e consigo próprio. A propriedade privada resulta, portanto, por análise, a partir do conceito de trabalho exteriorizado, i.é, do homem exteriorizado, do trabalho alienado, da vida alienada, do homem alienado. É certo que obtivemos o conceito de trabalho exteriorizado (da vida exteriorizada) a partir da economia nacional como resultado do movimento da propriedade privada. Mas a análise desse conceito mostra que, se a propriedade privada aparece como fundamento, como causa do trabalho exteriorizado, ela é antes uma consequência do mesmo, assim como também originariamente os deuses não são a causa, mas o efeito do extravio do entendimento humano (*menschlichen Verstandes Verirrung*). Mais tarde essa relação converte-se em ação recíproca. Unicamente no ponto culminante do desenvolvimento da propriedade privada se evidencia de novo o seu segredo, a saber: por um lado, que ela é o produto do trabalho exteriorizado e, por outro, que ela é o meio através do qual o trabalho se exterioriza, a realização dessa exteriorização”.

²² No que concerne ao desenvolvimento conceitual ulterior da alienação na obra de Marx, cumpre destacar a notável análise de José Paulo Netto (1981, p. 67): “O que vai surgir, a partir de 1857-1858, é justamente aquilo que assinala a distinção entre a Miséria da Filosofia e os Manuscritos de 44: a concretização histórica na reflexão de Marx. A teoria da alienação perderá qualquer traço de generalidade especulativa – não será uma nova teoria, mas uma concepção que só adquire instrumentalidade quando extraída de análises históricas determinadas. Na verdade, a teoria da alienação é qualitativamente a mesma; é a sua função que se transforma quando Marx completa a superação filosófica em 1857-1858. Em síntese: quando a crítica da economia política é situada por Marx como a operação teórica central e levada a cabo com radicalidade, dá-se a concretização teórica da concepção da alienação”.

²³ “Por alienação estamos entendendo aquele estado em que as pessoas tornam-se estranhas a si mesmas e ao mundo que as rodeia, não podendo interferir na sua organização, nem sabendo justificar os motivos últimos de suas ações, pensamentos, emoções. É a situação mais ou menos acentuada de perda de sentido, de desorientação, de falta de compreensão e de domínio das várias manifestações da existência. [...] Concretamente, é uma realidade que perpassa toda nossa sociedade, uma vez que sua raiz está na organização do trabalho no modo de produção capitalista, qual seja, na exploração da força de trabalho do homem por outrem, baseada na divisão do trabalho e na propriedade privada. O trabalhador não participa do resultado da produção, a não ser por um

sob as condições históricas, como elencamos acima. A objetivação, a qual se configura como a expressão da vida social dos seres humanos, converte-se em trabalho produtor de mercadorias²⁴, no entanto, ainda que alienado, o indivíduo continua produzindo tanto a si mesmo quanto seu mundo. Não obstante, como expressou contundentemente Marx (2015, p. 304), “o trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como uma mercadoria e, a saber, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral”.

Embora o conceito da alienação seja indispensável para a compreensão da subordinação e desumanização presentes no processo produtivo, por si mesma a ideia é insuficiente para alcançar uma visão ampla das complexas dinâmicas que a envolvem. A alienação, em sua essência, é responsável por separar o humano de si mesmo, tornando-o objeto de dominação pelas elites sociais. Conforme Vasconcellos (1995, p. 22), a alienação “[...] é como um bisturi social, com base econômica e desdobramento político e cultural, que cinde o homem de si mesmo, tornando-o objeto de manipulação, em função dos interesses de minorias dominantes”. Como resultado, o indivíduo se torna submetido a uma lógica que lhe é estranha, alienado de sua própria humanidade e da atividade consciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na efervescência do século XX, desencadeou-se uma disputa intensa entre múltiplas correntes de pensamento, as quais se dedicaram intensamente a compreender a amplitude, as restrições e a relevância do conceito de alienação na literatura marxiana. A teoria da alienação ocupou, assim, um papel fundamental na reflexão filosófica e crítica acerca da sociedade, evidenciando a importância de leituras precisas e críticas da obra de Marx para a realidade contemporânea.

miserio salário para a reposição da força de trabalho, ‘para existir como trabalhador, não como homem, e para gerar a classe escravizada dos trabalhadores, não a humanidade’. Assim sendo, o trabalhador, não domina seu próprio trabalho, na medida em que não sabe por que produz, como produz, sendo, pois, alienado não só do produto, mas também do processo” (Vasconcellos, 1995, p. 21- 22).

²⁴ “Contudo, essa expressividade ontologicamente constitutiva da relação do ser humano ao mundo, que em Marx terá a economia como seu locus privilegiado, paradoxalmente sempre se manifestou como alienação (*Veräußerung*), como autoalheamento ou autoestranhamento (*Selbstentfremdung*), e não como reconhecimento (*Anerkennung*) de si nessa realidade por ele mesmo objetivada [...]. Todo esse processo, contudo, não constitui uma negação simples da objetivação do ser humano. Mais intrincado do que isso, trata-se, como estabeleceu o jovem Marx e se confirmou em seu pensamento maduro, de uma espécie de afirmação negativa ou invertida do ser humano [...]” (Guedes, 2014, p. 199).

Neste artigo, conferimos relevo a alguns aspectos essenciais da formulação marxiana da alienação que, de forma consistente, interpelaram profundamente a filosofia política na contemporaneidade. Enfatizamos que, em consonância com a filosofia marxiana, o problema da alienação revela como a classe opressora, expressão do capital, controla a classe oprimida, isto é, trabalhadora, por meio da propriedade dos meios de produção. À classe trabalhadora se nega a participação consciente, simultaneamente, no processo de produção e na apropriação dos resultados. Em troca da venda de sua força de trabalho, o proletariado recebe um salário que não corresponde à sua verdadeira contribuição no processo, servindo apenas como reposição das suas forças básicas para a próxima jornada de trabalho. Consequentemente, a classe oprimida é privada de experimentar plenamente sua humanidade, resultando em um nefasto processo de desumanização.

REFERÊNCIAS

ARTHUR, Christopher. **A nova dialética e “O capital” de Marx**. Tradução de Pedro C. Chadarevian. São Paulo: Edipro, 2016.

BALIBAR, Etienne. **A filosofia de Marx**. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BEDESCHI, Giuseppe. **Alienación y fetichismo en el pensamiento de Marx**. Madri: Alberto Corazón Editor, 1975.

CHASIN, José. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

CODO, Wanderley. **O que é alienação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política: investigações para uma reconstituição do sentido da dialética**. Tomo I. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. 4. ed. Tradução de José da Silva Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GUEDES, Édil. **A economia como sistema da representação em Karl Marx**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2014.

HALLAK, Mônica. Alienação do trabalho em Marx: dos Manuscritos de 1844 a O Capital. Verinotio. **Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, p. 58-73, abr. 2018.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito, I**. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992a.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito, II**. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992b.

HEGEL, G. W. F. **Phänomenologie des Geistes**. Werke in 20 Bänden, B. 3. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1970.

KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Tradução de José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

LEFÈBVRE, Henri. **O marxismo**. Tradução de J. Guinsburg. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social, I**. Tradução de Nélio Schneider, Carlos Nelson Coutinho e Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social, II**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÁRKUS, György. **Marxismo y “antropologia”**. Barcelona: Grijalbo, 1974a.

MÁRKUS, György. **Teoria do conhecimento no jovem Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974b.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris & manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antónia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os pensadores).

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider, Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **Crítica à Filosofia do Direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Tradução de Luciano Cavini Martorano, Nélio Schneider e Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENESES, Paulo. Entfremdung e Entäusserung. **Síntese – Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 89, p. 307-319, 2000.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.

MUSTO, Marcello. Rivisitando la concezione dell'alienazione in Marx. *In*: AGRIMI, Mario. **Studi filosofici XXXIII**. Napoli: Bibliopolis, 2010. p. 107-128.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Amilton Reis. São Paulo: Boitempo, 2014.

RANIERI, Jesus José. **Alienação e estranhamento em Marx**: dos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 à Ideologia alemã. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2000.

SÈVE, Lucien. **Análises marxistas da alienação**. Tradução de Madalena Cunha Matos. Lisboa: Edições Mandacaru, 1975.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1995. (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1).